



# 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

## COMUNICADO

As entidades que compõem a Comissão Organizadora Nacional (CON) da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg) informam à sociedade brasileira o compromisso assumido com a consolidação de bases para o desenvolvimento de um novo modelo de segurança pública no Brasil, a partir da composição e da realização da 1ª Conseg. Empenhadas em contribuir para a construção desse momento inédito na história do Brasil, as entidades relacionadas abaixo cumprem o papel de instância deliberativa, dispendo sobre a organização e o desenvolvimento das atividades da Conferência.

Instalada desde setembro de 2008 pelo ministro da Justiça, Tarso Genro, a Comissão Organizadora Nacional pactuou como objetivo geral para a 1ª Conseg “a definição de princípios e diretrizes orientadores da Política Nacional de Segurança Pública, com participação da sociedade civil, trabalhadores e poder público como instrumento de gestão, visando efetivar a segurança como direito fundamental”.

As entidades integrantes da CON estão convictas de que a 1ª Conseg será um marco histórico na busca de um novo paradigma para a política pública de segurança no Brasil. Com base no diálogo entre os diversos segmentos sociais (sociedade civil, poder público dos três entes federados e trabalhadores da área de segurança pública), a 1ª Conseg será um ambiente privilegiado de deliberação sobre a política nacional de segurança pública e lançará bases para a reestruturação do Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp), consolidando-o como órgão responsável por deliberar acerca das diretrizes das políticas públicas de segurança e por acompanhar a sua implantação.

Nesse sentido, as entidades integrantes da Comissão Organizadora Nacional da 1ª Conseg convidam todos os segmentos da sociedade ligados ao tema a participar do processo de construção da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, especialmente em suas etapas municipais e estaduais, previstas para ocorrer entre março e julho de 2009.

O presente comunicado é assinado pelas entidades a seguir arroladas:

- Ministério da Justiça – Coordenação Executiva da 1ª Conseg
- Departamento de Polícia Federal
- Departamento de Polícia Rodoviária Federal
- Secretaria Geral da Presidência da República (SEGES)
- Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH)
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública
- Rede Desarma Brasil
- Rede F4
- Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)
- Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)
- Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos (FENDH)
- Viva Rio
- Instituto Sou da Paz
- Instituto São Paulo Contra a Violência (Fórum da Cidadania Contra a Violência de São Paulo e Fórum Metropolitano de Segurança Pública)
- Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC)
- Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP)
- Grande Oriente do Brasil
- Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF)
- Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF)
- Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAPEF)
- Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FENAPRF)
- Associação Nacional dos Oficiais Militares Estaduais (AMEBRASIL)
- Associação Nacional de Entidades Representativas de Praças Policiais e Bombeiros (ANASPRO)
- Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais (FENEME)
- Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (ADEPOL)
- Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Cívicos (COBRAPOL)
- Associação Brasileira de Criminalística (ABC)
- Associação Brasileira dos Médicos Legistas Cívicos (ABML)
- Federação Nacional dos Papiloscopistas Policiais (FENAPPI)
- Liga Nacional de Corpos de Bombeiros Militares do Brasil (LIGABOM)
- Conselho Nacional das Guardas Municipais
- Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia
- Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADep)
- Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública
- Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares
- Conselho Nacional de Chefes da Polícia Civil
- Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária
- Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil
- Frente Nacional de Prefeitos
- Gabinetes de Gestão Integrada Municipal
- Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União